

# Visão APSEF

A revista que acompanha você

## HERANÇA SEM HERDEIROS

Falta de renovação da força de trabalho no serviço público gera problemas e precisa dos mais experientes

## APOSENTADORIA

Redução gradual da contribuição espera votação no congresso

## MEMÓRIA

COM A IDADE, EXERCITAR A MENTE É TÃO IMPORTANTE QUANTO EXERCITAR O CORPO

# Visão APSEF

ANO 4 | Nº 10 | JUNHO 2011

Uma publicação da



PRESIDENTE

**Maria Cecília Soares da Silva Landim**

VICE-PRESIDENTE DE ADMINISTRAÇÃO,  
FINANÇAS E PATRIMÔNIO

**Margarida Maria Gonzaga Pereira**

VICE-PRESIDENTE DE  
ASSUNTOS JURÍDICOS

**Maria Benedita Ewerton de Sá**

VICE-PRESIDENTE DE  
ASSUNTOS ASSISTENCIAIS

**Maria Eduvirgem Simas Pereira**

VICE-PRESIDENTE DE  
ASSUNTOS SÓCIO-CULTURAIS

**Tania Maria Teixeira**

CONSELHO FISCAL

**Arthur Oscar Franco de Sá**

**Priscila Maria Lima Hipólito**

**Marlene Maria Marsico**

ENDEREÇO:

SCN Qd. 02, Bloco D, Torre A,  
Salas 912/917

Edifício Liberty Mall – Brasília – DF  
CEP: 70712-903

TELEFONE: (61)3037-9072 / 3034-3983

E-MAIL: presidencia@apsef.org.br

SITE: www.apsef.org.br

## Revista Visão APSEF

COORDENAÇÃO:

**Frederico Lustosa**

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

**Marcos Nunes** (DF 4977)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

**Madson Schmitz**

CONSELHO EDITORIAL:

**Maria Cecília Landim**

**Edson Teramatsu**

**Frederico Lustosa**

IMPRESSÃO:

**Capital Gráfica**

Durante anos, sucessivos governos buscaram taxar os proventos dos aposentados. Água mole em pedra nem tão dura tanto bateu que a contribuição acabou aprovada, em 2003. Desde 2006 tramita pela Câmara Federal a PEC 555, que nasceu com o intuito de reverter esse descalabro, exclusividade verde-amarela que transformou o Brasil no único País do mundo que exige contribuição previdenciária de inativos. Tramitando de comissão em comissão, cinco anos se passaram e o verbo aprovar ainda parece distante.

Tão distante quanto o dia em que será resolvida a questão dos proventos integrais para servidores aposentados por invalidez, objeto da PEC 270/2008, que, provavelmente, seguirá trilhando os mesmos caminhos e corredores por onde passou a outra Proposta de Emenda Constitucional, sem alcançar o resultado a que se propõe.

Todos nós sabemos como funciona o processo legislativo. Quando o Governo quer, aciona o seu rolo compressor e a sua ampla maioria no Poder Legislativo pisa no acelerador para aprovar qualquer matéria que seja do seu interesse. A EC nº 41, de dezembro de 2003, que instituiu a contribuição dos inativos durante o governo Lula, teve origem na PEC 67, que foi apresentada em agosto do mesmo ano, apenas quatro meses antes. Nos tempos de FHC não foi muito diferente. A EC nº 19, de 1998, que modificou diversos dispositivos constitucionais de interesse dos servidores – e de interesse maior ainda do governo – consumiu 18 meses entre a primeira leitura em plenário e sua promulgação.

Nesta edição de Visão APSEF, duas matérias demonstram o quão tortuoso é o caminho das proposições que mais interessam aos servidores aposentados, porém pouca disposição desperta nas hostes governistas. E paira um silêncio ensurdecido do lado da oposição. Para presidente, muitos votaram na primeira mulher, indicada pelo primeiro sindicalista, e em todos os parlamentares por eles apadrinhados, esquecendo-se, no calor eleitoral, que durante 48 meses dependeriam deles para que algumas injustiças fossem reparadas e alguns preceitos constitucionais voltassem a ser respeitados.

É o caso da revisão geral da remuneração dos servidores públicos, estabelecida no art. 37 da Carta Magna, esquecido pelo Planalto e “relembrado” aqui pelo artigo de Maria Cecília Landim. Curiosamente, tal revisão foi estabelecida pela mesma EC nº 19, contudo, jamais foi aplicada. Continuamos a assistir deputados e senadores defendendo uns aos outros, quando denúncias tomam as páginas dos jornais. Alguém já os viu defendendo uma revisão anual da remuneração dos servidores com a mesma ênfase?

Tiririca, Romário e Popó vieram para dar corpo à nova safra de deputados federais. Quem sabe um pouco de humor e um muito de esportividade talvez ajudem a mudar uma lógica perversa que há muito maltrata os servidores aposentados?

Mais uma vez, Visão APSEF convida seus leitores à reflexão.

**Boa leitura!**



# SÓ NA PRESSÃO

OBSTÁCULOS IMPEDEM O AVANÇO DO PROJETO  
QUE PREVÊ A REDUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DOS  
SERVIDORES APOSENTADOS

A Proposta de Emenda à Constituição que pretende reduzir de forma gradual a contribuição de todos os servidores inativos civis (PEC 555/06) foi aprovada há mais de um ano na Comissão Especial Temporária que o analisava. Desde então ele aguarda para ser incluído na pauta da Câmara para votação em primeiro turno. O que não deve acontecer tão cedo, a não ser por força da pressão dos servidores públicos, os principais interessados.

Isso porque o controle da presidência da Mesa, que é o cargo que decide o que será votado, é do governo. Ainda que o deputado Marco Maia (PT-RS), o atual presidente, já tenha dado demonstrações

de que pode contrariar os interesses do Planalto, não há nada que indique uma mudança de posição favorável ao funcionalismo.

O deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), autor do substitutivo da PEC 555, diz que espera conseguir votar a proposta no segundo semestre, na esteira da votação da PEC 270/08, (que propõe a aposentadoria integral ao servidor público aposentado por invalidez) e que é imediatamente anterior à PEC 555, e sobre a qual ele diz que o governo já deu demonstrações de querer discutir. Ele lembra que a Proposta de Emenda 555 foi aprovada por todos os partidos na Comissão, com exceção do PT.

Arnaldo Faria, entretanto, diz que dificilmente o governo irá abrir mão da contribuição de 11% dos servidores que ganham acima do teto do INSS (R\$ 3.689,66). Durante a votação da proposta na Comissão Especial, em 2010, o impacto orçamentário da mudança foi o principal argumento alegado pelo governo para posicionar-se contrário a ela.

Entidades representativas dos trabalhadores no serviço público federal pretendem reforçar o pedido de votação da proposta ao presidente da Câmara. Para elas, essa proposta corrige um erro da reforma da previdência do governo Lula, pois faz o servidor pagar a contribuição duas vezes. A pressão dessas entidades já conseguiu que outras propostas que não eram de interesse do governo fossem colocadas em votação na Câmara, onde o presidente Marco Maia (PT-RS) recebeu mais de 200 requerimentos solicitando que sejam colocados em votação a PEC 270 e a PEC 555. De acordo com essas entidades, apenas com essa pressão será possível forçá-lo a colocar para votar essas duas matérias no plenário.

Um caminho alternativo e menos formal que os requerimentos é a pressão que as entidades e os próprios servidores, ex-servidores e pensionistas podem fazer sobre o presidente da Câmara e sobre os deputados por meio de manifestações, cartas e-mails aos deputados e aos jornais e como parte da opinião pública. Entretanto, as representações dos trabalhadores federais também explicam que toda votação que interessa aos servidores é demorada. As duas acima foram propostas desde a legislatura anterior.



Foto: Divulgação

Dep. Arnaldo Faria de Sá, autor do substitutivo da PEC 555.

Caso as matérias sejam levadas à votação, acredita-se que o cenário seja positivo para os servidores. De acordo com os representantes ouvidos, há entre os deputados, o sentimento de que deve ser corrigido esse erro que foi cometido em relação à bicontribuição dos servidores inativos e em relação a não-concessão da aposentadoria integral por invalidez, no caso do servidor público. A expectativa é de se conseguir uma boa votação e sair com a aprovação da matéria, caso ela seja posta em votação.

## ENTENDA

A PEC 555, cujo substitutivo aprovado é do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), prevê que a partir dos 61 anos de idade do servidor aposentado, o valor da contribuição será reduzido em 20%. Ela será 20 pontos percentuais menor a cada ano, até chegar à isenção completa quando esse servidor completar 65 anos.

Os servidores aposentados por

invalidez permanente ficam isentos da cobrança. O substitutivo segue para análise do Plenário, onde deverá ser votado em dois turnos, onde precisa de 308 dos 513 votos em cada turno para ser aprovado.

Atualmente, a contribuição previdenciária de aposentadorias e pensões do serviço público é de 11% sobre a parcela que ultrapassa o teto do INSS, hoje de R\$ 3.689,66. A regra vale para todos os aposentados e pensionistas do serviço público, em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal). Um aposentado do setor público que ganhe cerca de R\$ 5 mil, por exemplo, paga cerca de R\$ 144,13 de contribuição.

Dos 576 mil servidores civis apenas do Executivo, 57,9%, segundo dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) do Ministério do Planejamento recebem acima de R\$ 3,5 mil. O impacto do peso da aposentadoria dos servidores públicos sobre as contas públicas é outro ponto que pode pesar contra os servidores na hora de uma votação.

Isso porque, hoje, o governo paga cerca de R\$ 5,9 mil por mês, em média, para cada um dos 949,8 mil aposentados e pensionistas do serviço público. Em 2010, essa conta chegou a R\$ 73,4 bilhões. Mesmo descontando 11% de ativos e inativos, a arrecadação do Regime Próprio de Previdência Social não chega a R\$ 22,5 bilhões por ano. Uma dívida de R\$ 51,4 bilhões. Enquanto a conta negativa dos 24,4 milhões de aposentados que contribuíram para o Regime Geral de Previdência Social ficou em R\$ 44,3 bilhões.

O impacto da isenção sobre os cofres da Previdência é calculado pelo próprio governo em aproximadamente R\$ 2 bilhões por ano, sem levar em conta os estados e os municípios. A proposta aprovada na Comissão não prevê retroatividade com a mudança, assim os

servidores que já pagaram não poderão reivindicar a devolução. Sem a retroatividade, a proposta deverá encontrar menos resistência do governo para sua alteração, pois evitará a criação de um passivo sem receita correspondente para os cofres públicos.

Um dos argumentos para a criação da proposta era de que a expectativa de vida do brasileiro, que hoje, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de aproximadamente 73 anos, enquanto a idade média de aposentadoria do servidor público é aos 60 anos.

## HISTÓRICO DA CONTRIBUIÇÃO DOS INATIVOS

Em janeiro de 1999, Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei 9.783, instituindo a contri-

buição previdenciária de servidores ativos, inativos e pensionistas. O desconto seria progressivo de acordo com a renda e chegaria a 25% da renda.

Em setembro do mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou ação da OAB e considerou a lei inconstitucional, sob o argumento de que a contribuição deveria custear um benefício futuro e não poderia ser cobrada depois da concessão da aposentadoria.

Por iniciativa do governo Lula, em dezembro de 2003, o Congresso promulgou a Emenda Constitucional nº 41, que criou a contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Com ela, eles passaram a pagar 11% de contribuição sobre o valor recebido que excede o teto pago pelo INSS, mudança julgada constitucional pelo STF em 2004. ||

**Para o governo, o cofre dos servidores está magrinho**



# CHANCE PARA A APOSENTADORIA INTEGRAL POR INVALIDEZ

PROJETO ESBARRA EM MPs E NA BOA VONTADE DO GOVERNO

**N**a lista de projetos na Câmara dos Deputados, em Brasília, que podem afetar a vida do servidor público, o que propõe o pagamento do valor integral da remuneração ao servidor aposentado por invalidez e que tenha ingressado até 1998 (Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 270/08) é a que tem mais chance de ser votada no segundo semestre.

Pessoas afastadas pela aposentadoria compulsória por invalidez muitas vezes têm o salário reduzido no momento em que elas mais precisam. Um policial ferido em ação, por exemplo, que tenha que se aposentar, pode ver o seu pagamento diminuído drasticamente em até 60%.

A deputada Andréia Zito (PSDB-RJ), autora da proposta, relata que em alguns casos, para não serem obrigados a se aposentar e ter seus rendimentos reduzidos, os servidores continuam trabalhando, mesmo com seus problemas, e se escondem dentro das repartições, dos serviços de perícia e das juntas médicas oficiais.



A PEC passou pela Comissão Especial em 2009, e aguarda a boa vontade do presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marco Maia (PT-RS), para ser colocada na Ordem do Dia. No Regime Próprios de Previdência do Servidor, a aposentadoria por invalidez é proporcional ao tempo de contribuição, enquanto pelo Regime Geral da Previdência Social (do INSS), o benefício é integral.

Uma vantagem em relação a projetos que tem como mesmo destino a gaveta da Mesa da Câmara é que a PEC 270 conta com uma aparente simpatia do governo. Em 2010, durante uma audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família, o secretário de Políticas de Previdência do Ministério da Previdência, Leonardo José Rolim Guimarães,



Dep. Andréia Zito, autora da proposta.

admitiu a possibilidade de o governo vir a apoiar a aprovação da PEC.

Na época, Rolim disse que a

proposta de mudança era tecnicamente viável e que o apoio do governo dependeria de ajustes no seu texto, especificamente em relação a não retroatividade e a não extensão da mudança às pensões por morte.

Porém, desde então, ele não voltou a se manifestar sobre o assunto. Questionado pela revista Visão APSEF, ele disse que, como o projeto está em tramitação, o Ministério não iria se manifestar agora. Porém, quanto às declarações, ele responde apenas que defende o princípio da questão, e não exatamente o texto que está tramitando.

## PRESSÃO PARA APROVAÇÃO

Corrigir essa diferença, de acordo com a deputada Andréia Zito, depende apenas da sensibilidade do governo para que a PEC seja posta em votação. Ela diz que a proposta tem boa compreensão pelos deputados, o que permitiu seu avanço rápido nas demais comissões e na Comissão Especial.



Dep. Amauri Teixeira (PT-BA) apoia a mudança. A medida também atraiu políticos da base governista.

Atualmente, ela conta com 225 requerimentos solicitando que vá a plenário para a votação em dois turnos. É a PEC com mais requerimentos desse tipo.

Para alcançar esse resultado, foi feito um trabalho de pressão sobre deputados, que receberam visitas de servidores com problemas de invalidez. “Provavelmente não há um deputado, hoje, que não saiba do que trata o assunto”, diz a deputada.

Entretanto, de acordo com dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), atualmente, muitas Medidas Provisórias (MPs) trancam a pauta de votações na Câmara. O entendimento entre as lideranças para o segundo semestre é no sentido de se tentar pôr o mínimo possível de projetos na pauta de votação enquanto essas MPs não forem votadas. Por outro lado, o governo também se mostra reticente com relação a qualquer proposta que signifique aumento dos gastos. Andréia diz que esse argumento não é real, pois embora afete muitas pessoas, o impacto sobre a folha não chega a 1%. A retroa-

tividade afeta um número menor ainda e só abrange uma parcela pequena dos servidores, por um período limitado.

Dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) do Ministério do Planejamento mostram que o número de aposentadorias por invalidez entre os servidores civis do Executivo tem diminuído. Em 1996, elas representavam 10,3% do total de aposentadorias. Com a mudança do regime, a partir de 1999, elas aumentaram para 21,8% e em 2004 atingiram 29,9%, para depois voltar a cair. Em 2010, foram 952 aposentadorias por invalidez, o equivalente a 6,9% do total.

Zito não se anima pela manifestação do secretário e diz que nunca partiu nenhum apoio do governo. Mas admite que por Rolim ser um técnico, poderá levar essa compreensão para dentro do governo. “Não acho que temas como a retroatividade e a extensão à pensão por morte sejam impe-

dimentos. São valores pequenos. Mas se a PEC for levada à votação, o governo irá querer rediscutir o tema”.

O cenário, caso a PEC 270 fosse colocada hoje para uma votação, seria de aprovação. O apoio à mudança é grande mesmo entre deputados governistas. O deputado federal Amauri Teixeira (PT-BA) é um deles. Ele foi um dos mais atuantes para conseguir a aprovação da proposta na Comissão Especial.

Teixeira já tentou argumentar com o governo que o impacto do pagamento integral sobre as aposentadorias será moderado. Ele lembra, entretanto, que esse é um trabalho lento de convencimento.

||



# EQUIPARAÇÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ NO SERVIÇO PÚBLICO

Luciano Fernandes Moreira\*

Quando Ulysses Guimarães promulgou a Carta Magna de 1988, a chamada Constituição Cidadã, a nação vibrou com as conquistas que trazia, principalmente para as parcelas mais carentes da população. Os direitos sociais foram mantidos e ampliados, com destaque para a previdência social, garantindo a aposentadoria para os trabalhadores urbanos e rurais. Foi instante sublime de festa democrática, de exercício pleno da cidadania e de garantia constitucional de direitos e deveres individuais e coletivos, iguais para todos os brasileiros, sem distinção de qualquer natureza.

Revista em emendas posteriores, a Constituição assegurou aos servidores públicos, aposentadoria financiada por contribuição solidária deles e dos entes públicos, preservado o equilíbrio financeiro e atuarial da previdência social, mas os proventos de aposentadoria por invalidez ficaram proporcionais ao tempo de contribuição, salvo exceções expressas em lei, por iniciativa de variada origem. Daí, no Brasil, a previdência social

ditada geral, contributiva e de filiação obrigatória, ser mista, pois, além da aposentadoria por tempo de serviço, cobre doença, invalidez, morte e idade avançada, protege a maternidade (especialmente a gestante) e o desemprego involuntário e garante salário-família e auxílio-reclusão para dependentes dos segurados de baixa renda, assim como pensão (por morte do segurado) ao cônjuge, companheiro e dependentes.

Abstraído o risco de o potencial para ou o efetivo desequilíbrio atuarial, a previdência emoldurada na seguridade social é vista, por uns, como argumento à continuidade de descontos compulsórios nos proventos de aposentados. Condição surreal que justifica manifestações contrárias de quem – por natureza e definição – os vê como isentos de quaisquer tributos, taxas ou contribuições. Portanto, se, conceitualmente, modelos previdenciários modernos e consolidados têm como premissa a equalização custeio e benefício – de modo que este em tudo daquele dependa para saudável equilíbrio, acrescido de parâmetros de longevidade que variam conforme

o tempo, lugar, estratos demográficos, sociais e econômicos, circunstâncias de desenvolvimento e padrão de qualidade de vida – sistemas de aposentadoria custeados convencionalmente não de considerar como natural a possibilidade de interrupção do pagamento dos contribuintes tanto quanto deve ser previsível a antecipação de direitos, isonomicamente em relação aos demais beneficiários.

Claro, regras contratuais têm de ser confiáveis, sob pena de descrença de todos. Ademais, não parece exorbitante que aposentados por invalidez permanente mereçam trato distinto e preferencial. Há inevitáveis custos adicionais, recorrentes e crescentes de assistência médica, hospitalar e farmacêutica da doença original ou de seqüelas ou males advindos, além da impossibilidade de continuidade de exercício profissional ou remunerações complementares após a suposta inatividade de muitos dos aposentados por tempo de serviço, comum no Brasil, como se sabe.

Tenho convicção de que a assistência à pessoa humana, sobretudo a idosos e aposentados que

majoritariamente consomem uma vida de trabalho na expectativa de ter velhice digna se sobrepõe, no mérito, a quaisquer óbices, mais ainda onde há desafiadoras e históricas desigualdades sociais, com forte apelo e atratividade em países de povo generoso e solidário como o Brasil.

Nos mais de vinte anos ininterruptos de secretário de estado, tenho sólido vínculo com os idosos e aposentados, a eles devo parte do mandato de deputado federal e em minha atividade parlamentar tenho manifestado interesse na relatoria das proposições legislativas aderentes em tramite na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), onde sou 1º Vice-Presidente, e sou coordenador no Maranhão da Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Agora mesmo, vi aprovado substitutivo meu que isenta de tarifas bancárias, benefícios de até um

salário mínimo dos aposentados acima de 60 anos de idade.

Sobre as proposições legislativas em andamento no Congresso Nacional vinculadas ao universo

**“O momento é mais do que oportuno, pois a agenda parlamentar prioriza a reforma tributária...”**

previdenciário (do custeio aos benefícios), várias referentes a aposentadorias em geral e até específicas revisões constitucionais de aposentadoria por invalidez a conceder equiparada às demais, entendo que não há melhor espaço institucional que

a Câmara dos Deputados para o debate democrático de suas implicações. O momento é mais do que oportuno, pois a agenda parlamentar prioriza a reforma tributária, em especial a desoneração da folha de pagamento para aumento da competitividade e redução da informalidade do emprego. Esse contexto ressalta como impositiva a blindagem da previdência social e se busca solução fiscal justa, que mantenha conquistas e viabilize avanços que os brasileiros querem, precisam, merecem. ||

\*Ex-secretário de Administração, Planejamento, Assuntos Estratégicos e Educação nos estados do Ceará, Maranhão e Roraima, era deputado federal pelo Maranhão. Também foi Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Administração (CONSAD). Faleceu três dias depois do envio deste artigo para a revista Visão APSEF. A publicação deste texto é parte das homenagens que a APSEF presta a este grande defensor da causa dos aposentados e pensionistas.

**LUCIANO MOREIRA**  
ADMINISTRADOR, MODERNIZADOR  
E EMPREENDEDOR

A APSEF se junta aos admiradores, colegas e amigos de Luciano Moreira nas homenagens que lhe prestam neste tomento de perda. A Presidente da entidade, **Cecília Landim**, recorda o convívio profissional e o engajamento do ex-secretário de Administração do Ceará, do Maranhão e de Roraima.

“Conheci Luciano Moreira no Fórum Nacional de Secretários de Administração, em São Luís, quando presidi aquele conselho e fomos – todos os secretários de Administração do Brasil – recebidos com a maior elegância e fidalguia. Muito aprendi com o administrador público e com o cidadão. De todos os seus projetos, causas e bandeiras, a defesa dos direitos dos servidores públicos, dos aposentados, dos pensionistas e da terceira idade, representa a síntese de um trabalho em defesa da dignidade da função pública. Obrigado, Luciano. Que Deus lhe acolha, dando conforto a todos nós, familiares e amigos.”

O coordenador editorial de Visão APSEF, **Frederico Lustosa**, também conviveu com Luciano Moreira, sendo co-autor de Reforma do Estado e Cidadania – o contexto Maranhão, publicado pelo ISAE Amazonas.

“Conheci Luciano Moreira há 36 anos, sem nunca perder totalmente contato com ele. Trabalhamos juntos no Governo do Estado do Ceará, quando nos tornamos amigos. Depois fui reencontrá-lo em 1998, como Secretário de Administração do Maranhão. Eram tempos de reformas e ele já fizera muitos ajustes no primeiro governo de Roseana Sarney. Foi quando me propôs montar a base conceitual da grande reforma administrativa que empreendia. Fui surpreendido pela natureza, a extensão, o alcance, a originalidade, a pertinência e os impactos das mudanças sugeridas. Além das idéias da Reforma Bresser, seu trabalho trazia uma série de temas novos. Aprendi muito com essa experiência e sempre vou lembrar o administrador aplicado, competente e, sobretudo, correto. Mas a melhor lembrança é a do amigo aberto, alegre, sincero e leal. Saudades.”



Foto: Arquivo Público

# AS NOVAS AÇÕES JUDICIAIS



Segundo pesquisa anual do Conselho Nacional de Justiça, aproximadamente 87 milhões de processos tramitaram ao longo do ano de 2009 em todas as esferas do sistema judiciário brasileiro. Ti-

vessem cada um deles apenas um interessado e estaríamos diante de um quadro em que 45% dos brasileiros estariam à espera da decisão de um magistrado.

Apesar do número que impressiona, infelizmente não há caminhos alternativos quando se busca a concessão ou o reconhecimento de um direito muitas vezes já assegurado pela Constituição Federal. Embora prevista na Constituição, a cantada e decantada equiparação entre ativos e aposentados continua sendo sistematicamente ignorada pelo Poder Executivo.

Isso decorre de mera interpretação dos dispositivos legais, ou inércia em regulamentar matérias - caso da avaliação de desempenho para a concessão de gratificações de desempenho -, ou de simplesmente deixar de aplicar dispositivos legais, como no caso do reajuste das pensões concedidas a partir de 2004, obrigando milhares de servidores públicos aposentados ou seus pensionistas,

por meio de entidades associativas, a recorrerem à Justiça para reclamar de um direito legítimo, cujos processos se multiplicam e continuam a abarrotar os escaninhos das Varas Federais.

Fazendo ouvidos moucos, o Governo Federal não se sensibiliza em reconhecer o direito líquido e certo e se abstém de aceitar ou até promover acordo com as partes. Poderia, sim, desonerar a máquina pública, reduzindo o valor devido, e, portanto o custo processual. Poderia, sim, corrigir injustiças, pagar o que é devido aos aposentados, cumprir o Estatuto do Idoso e, em última instância, reconhecer o cidadão, fortalecendo a cidadania.

Mesmo com um cenário tão desestimulador, só temos uma luz no final do túnel, o de recorrer à Justiça para buscar a reparação e o pagamento dos benefícios subtraídos, postergados por muitos e muitos anos, como por exemplo 28,86% e 3,17%, dentre outros.

Com isso, torna-se letra morta o Estatuto do Idoso, levando uma situação hipotética em que um Juiz poderia pensar em elaborar uma lista para execução por ordem de idade, quem sabe?

Assim, continuando nossa caminhada, ingressamos com novas ações, a partir de setembro de 2010 e neste ano, que objetivam restabelecer a “ordem legal” aos associados.

## NOVAS AÇÕES

### AÇÃO COLETIVA ORDINÁRIA Nº:

### OBJETO:

### DISTRIBUIÇÃO E SITUAÇÃO DO PROCESSO:

014907-  
48.2010.4.01.3400  
(FUNASA)

Garantir a integralização da aposentadoria proporcional, mediante a conversão gradual da proporcionalidade, em função do pagamento da contribuição previdenciária até atingir a aposentadoria integral, pelo pagamento dos 35 anos de contribuição.

21ª Vara Federal.  
Concluído para sentença desde 18/03/2011

14908-  
33.2010.4.01.3400  
(UNIÃO e INSS)

Garantir a integralização da aposentadoria proporcional, mediante a conversão gradual da proporcionalidade, em função do pagamento da contribuição previdenciária até atingir a aposentadoria integral, pelo pagamento dos 35 anos de contribuição.

3ª Vara Federal.  
Em fase de apresentação de contestação desde 24/06/2011

43494-  
80.2010.4.01.3400  
(UNIÃO)

Assegurar a percepção da GDDFA-Gratificação de Desempenho dos Fiscais Federais Agropecuários, no mesmo percentual pago aos servidores ativos aos Fiscais Federais Agropecuários, aposentados, do MAPA.

6ª Vara Federal.  
Apresentada Réplica pela APSEF em 08/06/2011

21945-  
77.2011.4.01.3400  
(INSS e FUNASA)

Cumprimento imediato das disposições da Lei 10.887/2004 em seu art.15 que assegura reajuste anual das pensões concedidas, a partir de 2004, nos mesmos índices de reajuste dos benefícios previdenciários (RGPS).

17ª Vara Federal.  
Autos retirados pela AGU desde 06/06/2011

22001-  
13.3011.4.01.3400  
(UNIÃO)

Cumprimento imediato das disposições da Lei 10.887/2004 em seu art.15 que assegura reajuste anual das pensões concedidas, a partir de 2004, nos mesmos índices de reajuste dos benefícios previdenciários (RGPS).

16ª Vara Federal.  
Em fase de contestação desde 10/05/2011

55773-  
98.2010.4.01.3400  
(UNIÃO)

Garantir o pagamento aos Técnicos de Planejamento, aposentados e seus pensionistas, a GDATP no valor máximo percebido pelos ativos, bem como, após a avaliação institucional do Ministério do Planejamento, o valor correspondente a sua avaliação.

22ª Vara Federal.  
Autos retirados pela AGU em 27/05/2011.

49211-  
73.2010.4.01.3400  
(UNIÃO)

Garantir o pagamento do valor integral da parcela institucional da GDPST aos associados

2ª Vara Federal.  
Apresentada réplica pela APSEF em 8/6/2011.

48751-  
86.2010.4.01.3400  
(FUNASA)

Garantir o pagamento do valor integral da parcela institucional da GDPST aos associados.

14ª Vara Federal. Em fase de intimação da FUNASA a partir de 20/06/2011

Além das Ações acima mencionadas, cabe registrar a situação das ações em curso visando garantir o pagamento aos associados

da APSEF referentes a Gratificações de Desempenho e Produtividade vinculadas às respectivas Carreiras, no mesmo percentu-

al pago aos ativos, com base nos princípios da Súmula Vinculante nº 20 do STF que reconheceu este direito no caso da GDATA.

## OUTRAS AÇÕES EM TRAMITAÇÃO

<b>AÇÃO COLETIVA ORDINÁRIA Nº:</b>	<b>OBJETO: Assegurar o pagamento integral das gratificações de desempenho e produtividade</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO E SITUAÇÃO DAS AÇÕES:</b>
2007. 34.00.026472-0 (UNIÃO) 1º Processo	GDPGTAS referente aos associados dos Ministérios da Agricultura, da Cultura, da Educação, da Fazenda, da Justiça, das Comunicações, de Planejamento, de Minas e Energia, e dos Transportes, bem com, dos Comandos do Exército e da Aeronáutica.	1ª Vara Federal Remetido ao TRF desde 04/12/2009
2007. 34.00.043578-0 (UNIÃO) 2º Processo	GDPGTAS referente aos associados dos Ministérios da Agricultura, da Cultura, da Educação, da Fazenda, da Justiça, das Comunicações, de Planejamento, de Minas e Energia, e dos Transportes, bem com, dos Comandos do Exército e da Aeronáutica.	16ª Vara Federal Remetido ao TRF desde 30/11/2010
2009. 34.00.023056-7 (UNIÃO)	GDPGPE relativo aos associados dos Ministérios da Agricultura, da Cultura, da Educação, da Fazenda, da Justiça, das Comunicações, de Planejamento, de Minas e Energia, e dos Transportes, bem com, dos Comandos do Exército e da Aeronáutica.	21ª Vara Federal Remetido ao TRF desde 10/02/2011
2007. 34.00.026471-7 (UNIÃO) 1º Processo	GDA SST referente aos associados dos Ministérios da Previdência, da Saúde e do Trabalho e FUNASA.	5ª Vara Federal Remetido ao TRF desde 04/12/2010
2007. 34.00.043726-2 (UNIÃO) 2º Processo	GDA SST referente aos associados dos Ministérios da Previdência, da Saúde e do Trabalho e FUNASA.	5ª Vara Federal Recurso de Apelação interposto pela APSEF, concluso para despacho em 06/05/2011
2009. 34.00.024146-7 (UNIÃO)	GDPST relativo aos associados dos Ministérios da Previdência, da Saúde e do Trabalho, e FUNASA.	17ª Vara Federal Remetido ao TRF desde 14/12/2010
2007. 34.00.44617-2 (INSS)	GDASS referente aos associados do INSS	6ª Vara Federal Remetido ao TRF desde 30/09/2009

\*As Ações Judiciais acima citadas, bem como, todas as demais Ações Ordinárias Coletivas em tramitação nas diversas Varas Federais estará divulgada, a partir de 18 de julho de 2011, no site da APSEF: [www.apsef.org.br](http://www.apsef.org.br)



# A PERDA DA EXPERIÊNCIA INSTITUCIONAL

## PLANEJAMENTO ESTUDA ABONO DE CARGA HORÁRIA

O governo estuda dar mais um incentivo para servidores mais antigos permanecerem no serviço público e dividam seu conhecimento com a nova geração. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão tem um projeto já elaborado para que os mais experientes adiem ao máximo sua aposentadoria em troca da redução da jornada de trabalho daqueles que já tem tempo suficiente para se aposentar.

O projeto surgiu no fim do governo Lula e já foi discutido em

outros fóruns, como o realizado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, em 2010. O objetivo principal seria retardar a saída dos servidores, explica o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Pereira.

Essa redução da carga horária não substituiria o abono permanência – um pagamento a mais, feito ao servidor que já alcançou o tempo para se aposentar, para que ele permaneça na ativa – mas seria complementar a ele. Ao mesmo

tempo, diz Duvanier, o novo abono serviria como um período de adaptação para esse servidor chegar à aposentadoria. No entanto, o secretário explica que o projeto precisa ser revalidado pelo governo Dilma.

Mas a discussão em torno do tema revela a preocupação do governo em não perder um de seus principais patrimônios, sua memória institucional – o registro, a sistematização, a preservação, a divulgação e os aspectos técnicos da memória da organização e do desempenho das tarefas.





Foto: Divulgação

### Duvanier Paiva: Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento

Apesar da quantidade de concursos que foram feitos durante os dois mandatos do presidente Lula, quando foram admitidos mais de 160 mil novos servidores, criou-se um lapso grande no período desde o governo Collor até ele. O governo teme que o hiato de servidores nesse período e o fato de que muitos estão chegando ao período de se aposentar afetem a manutenção desse conhecimento.

Entretanto, uma consequência dessa política é, hoje, um número considerável de servidores “abonados” que podem, a qualquer tempo, pedir a aposentadoria, e outros tantos completando os requisitos para isso. Segundo o ministério do Planejamento, entre 631,5 mil servidores ativos, 79,8 mil recebem abono permanência. O que corresponde a 12,6% dos servidores.

De acordo com o Boletim Estatístico de Pessoal do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) do Ministério do Planejamento a idade média dos servidores civis do Executivo em março de 2011 era de 46 anos, enquanto a média de idade de aposentadoria entre os homens ocorre aos 61 anos e entre as mulheres aos 58 anos.

Ainda que a idade média de aposentadoria (dos dois sexos) tenha passado dos 54 anos em 1999, para os 60 anos, atualmente, o maior percentual de servidores na ativa (17,7%) está na faixa dos 51 aos 55 anos. Depois desse grupo, cerca de 17% tem entre 46 e 50 anos e 12,1% estão na faixa até 60 anos. Outros 5,3% estão entre os que vão dos 61 aos 65 anos.

O que mostra que uma boa parcela dos servidores atuais terá, em um prazo de dez anos, condições para a aposentadoria. Uma situação que torna clara não apenas a necessidade de repor essa mão de obra, como também manter por mais tempo os que detêm o conhecimento para que haja chance de repassá-lo aos que estão chegando.

### REPOSIÇÃO DEMORADA

Segundo o secretário Duvanier, o processo de reposição dessa força de trabalho é de médio a longo prazo. Ele diz que não é possível, de um momento para o outro, substituir grandes contingentes. E que a manutenção da memória institucional tem uma importância significativa para o Estado, uma vez que a administração pública tem características próprias.

Quando decide trabalhar na administração pública, o profissional de qualquer área faz um concurso. Mas isso não significa que ele chega pronto. Leva tempo para ser formado. E essa formação se completa em serviço. Enquanto um profissional do setor privado já é selecionado pelas experiências que ele tem. “O trabalho em equipe é um processo permanente de troca e de construção de conhecimento coletivo. É aí que a expe-

riência do servidor mais antigo é importante e até essencial para a realização do trabalho”, explica o secretário.

Mas, além do trabalho em si, existe todo um aparato para a construção e desenvolvimento do conhecimento na atuação do Estado, que são as escolas de governo. Principalmente naquelas carreiras especializadas da administração pública, baseadas na atuação específica do Estado. Mas que também ocorrem nas carreiras policiais, jurídicas ou de gestão, com o objetivo de preparar esses novos servidores.

Entretanto, o que poderia significar um meio de compensação do problema é mais uma peça na construção de um emoldurado intrincado, pois, normalmente, quem tem papel docente em todo esse sistema de formação dos servidores também são os servidores

### Candidatos durante prova de concurso público



Foto: Arquivo Público

mais antigos e experientes. No caminho para se aposentar.

Outro problema é que o tempo para a transmissão desse conhecimento é variado, dependendo da área de atuação. “Algumas áreas são mais complexas, e esse conhecimento também envolve incorporar novas tecnologias. Em uma área como administração ele se dá num período de dois ou três anos para o novo servidor se apropriar desses conhecimentos”, diz Duvannier.

## CONHECIMENTO QUE VALE OURO

Débora Barem, professora da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em mercado de trabalho, lembra que alguns setores ficaram até dez anos sem receber novos servidores. Um problema acentuado por períodos em que

muitos correram para se aposentar diante da possibilidade de mudança de regras. Tudo isso diminuiu a oxigenação da organização.

O conhecimento tácito do servidor que continua envolve o fato dele ter passado por questões que incluem percepção, experiência e uma série de situações naquele ambiente de trabalho que carregam aquele indivíduo maduro de um rol de competências muito mais amplas. E isso é ouro para as empresas e para o governo. Débora diz que empresa nenhuma pode se dar ao luxo, hoje, de perder esse capital intelectual. Colocar o servidor novo dentro da sala de aula e ensinar a ele alguma coisa não ajudará tanto quanto o contato com quem já fez. “O conhecimento do indivíduo maduro está nos detalhes. São os meandros da situação, que o papel puramente não vai poder dizer e que regras não

vão transmitir. A sala de aula não dá essa mesma capacidade”.

O risco de se perder essa memória é a tendência de quem acabou de chegar cumprir uma série de erros e colocar em risco alguns processos da empresa, seja relacionados à segurança ou à certificação, por exemplo, uma série de vezes até que ele aprenda.

Débora explica que uma questão é saber o qual envelhecida está sua força de trabalho. Outra é o tempo que se levará para substituí-la. Dependendo dos requisitos do cargo, esse processo pode durar seis meses ou cinco anos para se desempenhar da mesma forma que o outro desempenhava. Um geólogo hidrólogo de águas subterrâneas, por exemplo, não se acha de uma hora para outra. Só o geólogo leva seis anos para se formar. Para ser especializado em águas subterrâneas são mais alguns anos. “Se você sabe que em um futuro próximo irá precisar de renovação, já começa a iniciar um processo para que o indivíduo que quer sair e o que acabou de entrar estejam juntos”.

Uma consequência evidente desse espaço, segundo ela, é que o cidadão perceberá uma falta de qualidade no serviço que é prestado. Muitas vezes um processo de licitação sai errado pela inexperiência da pessoa que o analisou.

Ao mesmo tempo, o servidor que sai fica frustrado porque percebe que ninguém cuidará da área à qual ele se dedicou. E, se quem chega não conta com quem lhe passe o conhecimento, sem dúvida ele passará por longos períodos de ansiedade e estresse, pois no manual, as entrelinhas não estão escritas. A troca precisa ser feita de uma maneira gradativa. ||



# SERÁ SEMPRE A CONSTITUIÇÃO DO NOSSO PAÍS CONSIDERADA LETRA MORTA AO TRATAR DOS SERVIDORES GOVERNAMENTAIS?

Maria Cecília Landim\*

**A**o ser promulgada a Constituição Brasileira, em 1988, denominada pelo inesquecível Ulysses Guimarães de “Constituição-Cidadã”, os milhares de servidores públicos acreditaram que, finalmente, teriam a garantia de que seus salários iriam ser, anualmente, corrigidos visando preservá-los dos efeitos da elevação do custo de vida, sobretudo de grandes segmentos como as áreas da saúde, educação e segurança pública.

Na sua redação original, a Carta Magna estabelecia em seu art. 37, inciso X, que haveria revisão geral da remuneração dos servidores públicos. Com a Emenda Constitucional 19, de 1998, um novo alento foi dado mediante a alteração daquela regra constitucional, que aperfeiçoada, assim passou a vigorar:

“Art. 37, inciso X - a remunera-

ção dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;”

No entanto, treze anos se passaram sem que fosse concedido um reajuste geral, tornando letra morta a nossa Constituição.

Mesmo se reconhecendo o recrudescimento dos níveis inflacionários, anualmente vemos reduzido claramente o nosso poder aquisitivo.

Muitos exemplos poderiam ser dados, mas, citamos os casos dos proventos dos agregados e de uma parcela significativa da remuneração e dos proventos, a chamada VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, que abriga diversas parcelas (dentre elas a incorporação dos

Quintos e Décimos), arduamente conquistadas ao longo dos anos de trabalho e dedicação à causa pública e ao bem-estar dos cidadãos. Sendo hoje, uma simples e nefasta VPNI – Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, visto que, desde 1997 não teve qualquer reajuste, reduzindo o poder aquisitivo do seu titular, vilipendiado a cada ano, trazendo o desespero a alguns segmentos, como ocorreu recentemente no Rio de Janeiro com os valorosos bombeiros que, embora clamem por melhores salários, diariamente dão exemplos de bravura e amor ao próximo, arriscando a própria vida para salvar outras.

Representantes dos trabalhadores têm obtido importantes vitórias, ao verem garantidos os reajustes anuais do salário mínimo e das aposentadorias e pensões dos trabalhadores ativos e aposentados, vinculados ao RGPS.

Recentemente, no relatório final sobre a LDO de 2012, o Executivo estabelece os principais indicadores econômicos para os próximos anos, no qual destacamos, como exemplo, o valor do salário mínimo para 2012 de R\$ 616,34, com um crescimento nominal de 13,1%, incorporando a regra aprovada pelo Congresso Nacional, de que será aumentado com base no crescimento da economia de 2010 (7,5%), mais a variação da inflação (INPC), projetada em 5,2%.

Por que então não se aplicar idêntica regra para a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, cumprindo-se a regra preconizada no art. 37 da CF?

Será que devem as associações de classe, como a nossa, abarrotar mais ainda o Supremo Tribu-

nal Federal, a “última trincheira da cidadania” como asseverou o eminente Ministro Marco Aurelio Mello, em recente artigo publicado\*\* sob o título “Revisão do salário dos servidores não depende de lei” para garantir a reposição aos nossos proventos e pensões que se constitui no único meio de minimizar os nefastos efeitos da inflação?

Ressalte-se que o reajuste não é um aumento, mas, única e exclusivamente o cumprimento de um dever constitucional de majoração remuneratória visando resguardar nossos proventos, salários e pensões da corrosão inflacionária.

Vamos aguardar o desfecho do julgamento pela mais alta Corte de nosso País, do Mandado de Injunção impetrado pelos policiais civis do Estado de São Paulo, para adotarmos as medidas judiciais

visando garantir o mencionado reajuste anual, por não depender de lei.

E finalmente, destacamos um trecho do artigo do Ministro Marco Aurélio Mello do STF e acima mencionado: “Até aqui, vinga, em verdadeira confusão terminológica, a ótica de estar o reajuste sujeito à previsão em lei, apesar de não se tratar de aumento, apesar de o próprio Diploma Maior já contemplar os parâmetros a serem observados, ficando afastada a opção político-normativa concernente à lei: a reposição do poder aquisitivo da moeda o reajuste deve ser anual, no mesmo índice, que outro não é senão o indicador oficial, da inflação do período. Não existe razão suficiente para cogitar da necessidade de lei, a não ser que se potencialize a forma pela forma.” ||

\* Maria Cecilia Soares Landim, Administradora, Fundadora e Presidente da APSEF.

\*\* Artigo publicado no Globo de 18/06/2011.

**O reajuste não é um aumento, mas única e exclusivamente o cumprimento de um dever constitucional**

**Ulysses Guimarães, ao promulgar a Constituição de 1988.**





Foto: Divulgação

# COMO FICARÁ O IMPOSTO DE RENDA NOS PRÓXIMOS ANOS

## FIQUE DE OLHO NAS DEDUÇÕES E AJUSTES

**P**ara quem acha que acabou de enviar o Imposto de Renda deste ano, é bom saber que a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 528, alterando a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física para os próximos períodos. Estarão isentos ao longo de 2011 os contribuintes com renda mensal de até R\$ 1.566,61. O reajuste de 4,5% foi negociado com as centrais sindicais em fevereiro, durante a discussão para o reajus-

te do salário mínimo deste ano. A MP estipula também em 4,5%, o reajuste da tabela para os anos-calandário 2012, 2013 e 2014. Agora a MP será analisada pelo Senado.

O Imposto de Renda retido a mais nos primeiros meses deste ano será devolvido aos contribuintes em 2012 e compensado na declaração de ajuste de 2011, que só será entregue no ano que vem, disse o subsecretário de Tributação da Receita Federal, Sandro Serpa. De acordo com ele, o ajuste

será automático. O contribuinte não precisará tomar providências para reaver o dinheiro.

### A TABELA

Com o reajuste, além da isenção do imposto para os contribuintes com rendimentos mensais de até R\$ 1.566,61 por mês, também aumentaram os valores de isenção nas demais faixas de renda. O reajuste da tabela neste ano ficou

## ALÍQUOTA DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

### BASE DE CÁLCULO MENSAL

### ALÍQUOTA PARCELA A DEDUZIR DO IMPOSTO (\*)

Até R\$ 1.566,61	Isento
De R\$ 1.566,62 a R\$ 2.347,85	7,5% (R\$ 117,49)
De R\$ 2.347,86 a R\$ 3.130,51	15% (R\$ 293,58)
De R\$ 3.130,52 a R\$ 3.911,63	22,5% (R\$ 528,37)
Acima de R\$ 3.911,63	27,5% (R\$ 723,95)

ANO-CALENDÁRIO	APOS E PENSÃO (mensal)	DEP (anual)	EDUC (anual)	DESCONTO SIMPLIFICADO
2011	R\$ 1.566,61	R\$ 1.889,64	R\$ 2.958,23	R\$ 13.916,36
2012	R\$ 1.637,11	R\$ 1.974,72	R\$ 3.091,35	R\$ 14.542,60
2013	R\$ 1.710,78	R\$ 2.063,64	R\$ 3.230,46	R\$ 15.197,02
2014	R\$ 1.787,77	R\$ 2.156,52	R\$ 3.375,83	R\$ 15.880,89

abaixo do que pediam os sindicatos, que buscavam uma mudança de 6,46%, correspondente à variação do INPC no ano passado.

### LIMITES E DEDUÇÕES

Em 2010, foi obrigado a declarar IR quem recebeu mais de R\$ 1.499,15 por mês em 2009. Em 2011, este valor sobe para R\$ 1.566,61. Em 2012, a isenção irá até R\$ 1.637,11, e em 2013 para R\$ 1.710,78. Em 2014, ele subirá para R\$ 1.787,77. O benefício será aproveitado nas declarações entregues entre 2012 e 2015.

### DESPESAS DEDUTÍVEIS E DESCONTO SIMPLIFICADO

Além do reajuste das tabelas, a MP trata dos reajustes de limites para despesas dedutíveis, como dependentes, educação, aposentadoria, além do limite para o desconto simplificado das declarações de ajuste anual. A correção dos valores das deduções do Im-

posto de Renda também será de 4,5%. A atualização da tabela do Imposto de Renda, de acordo com o governo federal, foi feita com base na previsão para o centro da meta de inflação deste ano, considerando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No entanto, a inflação já medida pelo IPCA para este ano deve atingir um percentual bem maior, na casa dos 5,5% a 6%.

### MAIORES DE 65 ANOS

A partir do mês em que o pensionista ou inativo completar 65 anos de idade, estão isentos a pensão e os proventos da inatividade pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Atualmente esta isenção é de até R\$ 1.499,15, mas também será reajustada. ||



## GDATA – PAGAMENTO DOS ATRASADOS

Com a expedição da Carta-Circular nº 015/2010, teve início a adoção das medidas relativas à execução da Ação Ordinária Coletiva nº 2004.34.00.029140-1 que assegurou aos associados da APSEF vinculados à União (Ministérios) o direito de receber os valores devidos da GDATA, referentes no período de sua vigência, nos moldes pagos aos servidores em atividade, cujas etapas indicamos, a seguir, a serem cumpridas.

**PRIMEIRA ETAPA** – Recebimento das procurações e declarações, encaminhadas pelos associados, no período de dezembro/2010 até abril/2011, as quais forem entregues ao Escritório de Advocacia visando as medidas relativas ao cálculo dos atrasados e à autorização judicial para o respectivo pagamento.

**SEGUNDA ETAPA** – Petição à Justiça Federal para liberação dos dados financeiros pelo Ministério do Planejamento (Responsável pela folha de Pessoal-SIAPE) com vistas à elaboração dos cálculos dos

atrasados, etapa que esperamos seja cumprida a qualquer momento.

Após, serão deflagradas as outras etapas, ou seja, elaboração dos cálculos, apresentação em Juízo para verificação, despacho do Juiz Federal autorizativo do pagamento e expedição dos alvarás referentes ao pagamento pela Caixa Econômica.

Assim, a APSEF não pode indicar, neste momento, o prazo para o recebimento dos atrasados, ressaltando que estão sendo envidados todos os esforços para que ocorra ainda neste ano, consignando ainda que todas as informações sobre o pagamento serão dadas, por correspondência dirigida a cada associado.

Lembramos que, no caso algum associado não haver ainda enviado a sua procuração, encaminhada pela Circular 15/2010 citada, poderá fazê-lo enquanto não for iniciada a elaboração dos cálculos dos atrasados.

## PAGAMENTO EM JULHO DA ÚLTIMA FAIXA DA TABELA DE VENCIMENTO DECORRENTE DA REESTRUTURAÇÃO APROVADA PELA LEI Nº 11.784, DE 22 DE SETEMBRO DE 2008

Cumprindo as disposições contidas na Lei nº 11.784/2008, o Governo implantará a última parcela, a contar do mês de julho próximo, referente ao PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECU-

TIVO-PGPE e a CARREIRA PREVIDENCIA, SAÚDE E TRABALHO-PST, beneficiando os servidores ativos, aposentados e pensionistas dos órgãos indicados no quadro abaixo:

CARREIRA	ÓRGÃOS
<b>PGPE</b> - Plano Geral do Poder Executivo	<b>MINISTÉRIOS:</b> da Agricultura, da Cultura, da Educação, da Fazenda, da Justiça, das Comunicações, de Minas e Energia, do Planejamento, e dos Transportes.
<b>PST</b> - Carreira, Previdência, Saúde e Trabalho	<b>MINISTÉRIOS:</b> da Previdência, da Saúde e do Trabalho. <b>FUNDAÇÃO:</b> FUNASA

Os associados da Carreira do Seguro Social (INSS) terão reajustado apenas o valor da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social – GDASS.

Os associados de outros órgãos ou carreiras que não foram citados decorrem do fato de que a última parcela de reajuste foi paga em julho de 2010, conforme previsto na Lei 11.784/2008, acima citada.

## **REDUÇÃO DE PROVENTOS – APLICAÇÃO DA REGRA DETERMINADA PELO ART. 172 DA LEI Nº 11.784/2008**

A Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão expediu, em 19 de abril de 2011, o Ofício-Circular nº 2/2011/SRH/MP para órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações determinando que adotassem providências para aplicação da regra estabelecida no art. 172 da lei acima citada.

A mudança se refere ao pagamento da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada no contracheque como VPNI Irred. Rem. Art. 37 – XV CF/AP e VPNI Irred. Rem. Art. 37 – XV CF/AT, uma vez que, em 2008, foi alterada a Lei nº 8.112, com a revogação do parágrafo único do art. 40 – que garantia que “nenhum servidor podia receber vencimento valor inferior ao salário mínimo” – e a inclusão do parágrafo 5º no art. 41, estabelecendo, então, que “nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo”.

O que causa perplexidade é que o dispositivo legal somente foi aplicado depois de transcorridos quase três anos da sua aprovação, com o agravante

de que, embora a Circular seja datada de 19 de abril de 2011, alguns órgãos de recursos humanos estão comunicando que o valor será excluído de imediato, sem observar o prazo de 30 dias para o aposentado apresentar defesa, contrariando os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

A situação vem acarretando grande preocupação e insegurança nos aposentados, muitos dos quais com idade bastante avançada, pelo fato de, além de passarem a receber menores proventos, por força da lei, os mesmos ainda têm que devolver o que recebeu a maior, sem que tenham dado causa.

Assim, alertamos nossos associados que verifiquem nos seus contracheques, a partir de maio de 2008, se constam as parcelas VPNI Irred. Rem. Art. 37 – XV CF/AP e VPNI Irred. Rem. Art. 37 – XV CF/AT, enviando cópias do primeiro mês que receberam o valor das parcelas, dos três últimos meses, bem como daquele em que não mais aparece a parcela referida, a fim de serem analisados e adotadas medidas judiciais cabíveis.



# DOAR-SE

**E**m 2011 será comemorado o décimo aniversário do Ano Internacional do Voluntário ou AIV+10, estabelecido pela Organização das Nações Unidas. Ser voluntário é descobrir que “o mundo tem outros umbigos”, como coloca a pedagoga Márcia Caminha. Mas, apesar da simplicidade do conceito, muitos que querem ajudar não sabem como, nem por onde começar.

Márcia, que coordena há um ano o núcleo de voluntariado da Abrace, uma instituição de Brasília que há 25 anos apóia famílias carentes de crianças com câncer, explica que o voluntário traz para a causa que ele ajuda o seu talento, a sua vontade e principalmente o seu tempo para a instituição. Por isso ela diz que ser voluntário

é compartilhar experiências e envolver-se. Foi com a ajuda de voluntários, por exemplo, que nesse período a Abrace construiu uma casa de apoio e um hospital.

O primeiro passo para tornar-se voluntário é identificar com que público e com que causa se quer trabalhar. Márcia ensina que quem não tem paciência para lidar com idosos ou crianças, não deve escolher uma instituição que se dedique a eles.

Um dos caminhos para encontrar essa causa e esse público é dirigir-se a qualquer instituição ou procurar a página dela na internet. Várias cidades contam com centros de voluntariado, cuja principal função é aproximar o interessado das organizações sociais. No Rio, pode-se contar com o trabalho da “Rio Voluntário”. Em São Paulo há o “Centro de Voluntariado de São Paulo” (CVSP) e em Brasília o “Centro de Voluntariado do Distrito Federal”, entre outros. Igrejas e associações comunitárias também costumam realizar ações voluntárias em escala local.

Em geral é feita uma entrevista para descobrir os talentos da pessoa e se eles se adequam às necessidades da instituição. O voluntário precisa ser comprometido, responsável, tolerante, profissional e ético. Mas também é importante

conhecer e respeitar os valores e as normas da instituição.

Esse talento a que Márcia se refere não precisa ser necessariamente o que a pessoa sabe profissionalmente, mas o que ela tem de melhor para disponibilizar para o outro. A instituição mostrará as suas necessidades e precisa de pessoas dispostas a ajudar com desprendimento. “Eu sou pedagoga. Mas o que eu gosto mais de fazer é ensinar tricô e crochê. Porém, às vezes, o que a instituição mais precisa naquele momento pode ser de alguém que limpe os quartos, e eu vou ajudar”, conta Márcia.

Isso não quer dizer que as instituições não estejam mais profissionalizadas. Uma instituição que trabalha com crianças precisa de quem trabalhe com elas. Mas também precisa de quem cuide da parte administrativa ou de motoristas, por exemplo.

O comprometimento também é indispensável. Quem decide tornar-se voluntário precisa saber que outros dependerão dele. Na Abrace, o peso dos voluntários corresponde a um terço dos participantes.

Marcos Fadanelli, diretor de Educação da Fundação Banco do

Brasil, identifica quatro fases pelas quais passa a pessoa que decide ser voluntário. Na primeira ela se empolga e está disposta a mudar o mundo. Na segunda ela toma um susto e se dá conta do tamanho do desafio. Em seguida, percebe que nem todos merecem o seu tempo. E essa é a fase da decepção. Depois disso, quem acreditar que há sim, pessoas que merecem seu tempo e a sua dedicação, pode ser considerado voluntário. Entretanto, se não der certo com a primeira entidade, não desista, tem muita gente precisando de ajuda.

Marcos percebe que muita gente torna-se voluntário porque não consegue realizar no trabalho a necessidade de pôr em prática ações mais identificadas com os valores em que acredita. Mas o que o trabalho voluntário mais vai exigir de qualquer pessoa é tempo, que é o bem mais precioso que se pode doar hoje, quando todos estão sempre correndo e sem paciência.

Porém, decidir a quem doar o seu trabalho de voluntário não é uma tarefa simples. Marcos a compara à escolha de um emprego. Ele ensina que se a pessoa escolher algo com que se identifique,

## SITES ÚTEIS

[www.acaodacidadania.com.br](http://www.acaodacidadania.com.br)

[www.abrace.com.br](http://www.abrace.com.br)

[www.voluntarios.org.br](http://www.voluntarios.org.br)

[www.cantocidadao.org.br](http://www.cantocidadao.org.br)

[www.care.org.br](http://www.care.org.br)

[www.cdi.org.br](http://www.cdi.org.br)

[www.voluntariado.org.br](http://www.voluntariado.org.br)

[www.abrinq.org.br](http://www.abrinq.org.br)

[www.fbb.org.br](http://www.fbb.org.br)

[www.portaldovoluntario.org.br](http://www.portaldovoluntario.org.br)

[www.riovoluntario.org.br](http://www.riovoluntario.org.br)

[www.voluntarios.com.br](http://www.voluntarios.com.br)

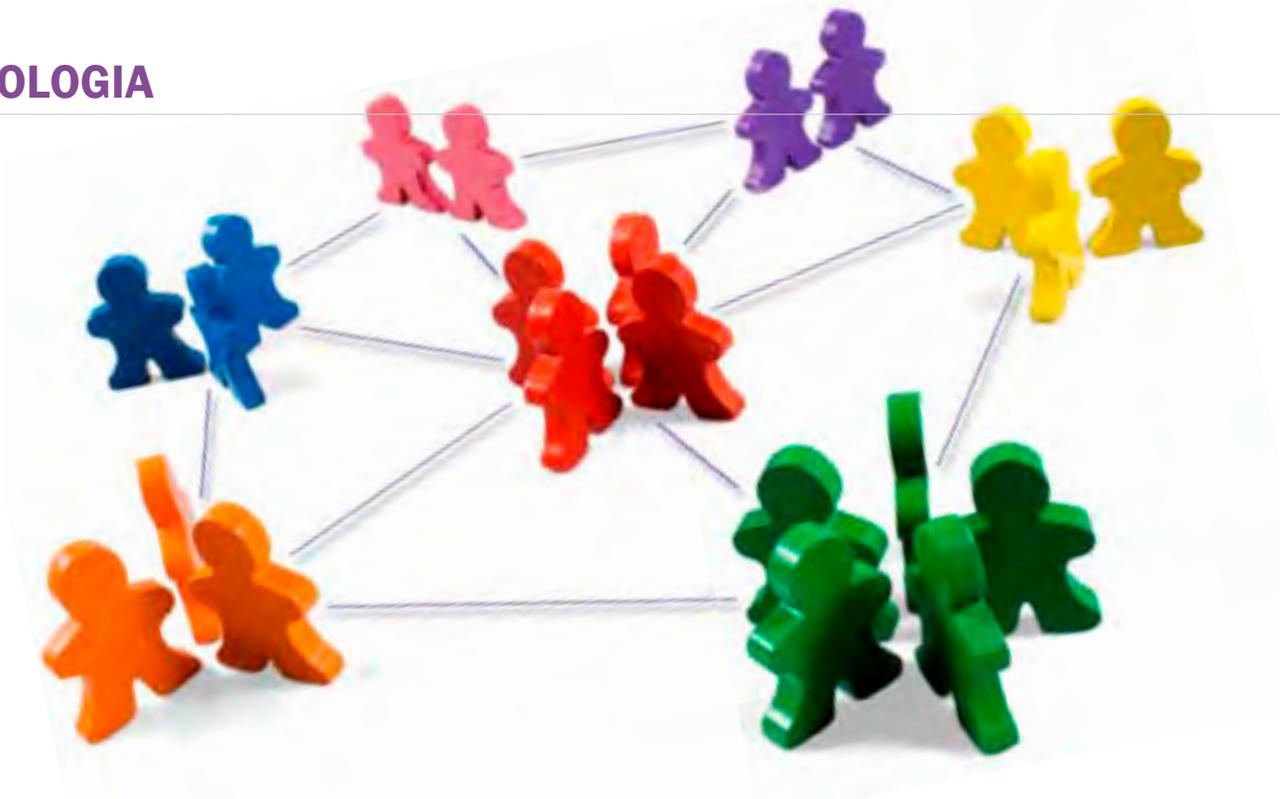
há uma chance maior de ser feliz e se realizar. E o resto será consequência.

“Ler livros de história para idosos é uma ação voluntária e não toma tanto tempo. Não exige planejamento. Dar aula para inclusão digital, alfabetizar adultos ou participar da arrecadação de livros de história para escolas públicas são ações voluntárias. Mas cada uma demanda uma quantidade de tempo diferente e um desafio intelectual diferente. Não há uma receita de bolo”, explica. ||

### Voluntários constroem casa para desabrigados



Foto: Divulgação



# RELACIONAMENTOS REAIS E VIRTUAIS

Aproveitar o tempo com a família e os amigos costuma ser parte do sonho de quem se aposenta. Entretanto, um dos maiores desafios que enfrentamos ao envelhecer não se refere à saúde, mas à deterioração de nossa rede social, porque os amigos adoecem, os cônjuges morrem, as pessoas se mudam e tudo isso pode levar ao isolamento. Com o tempo, pode ser preciso aprender a fazer parte de novos grupos sociais.

A internet pode colaborar para a não deterioração dessa rede social e a inclusão em novas redes de relacionamento. Na última edição, falamos sobre mídias e redes sociais. Vamo nos aprofundar nas suas utilidades. A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2010 mostrou o cresci-

mento do acesso à internet, e que pessoas com mais idade tiveram grande influência no aumento do acesso residencial (20% nos últimos dois anos). O avanço mais expressivo no acesso ocorreu justamente entre quem tem 50 anos ou mais (40,4%). E o fato de que o computador permite, mais do que outros meios de comunicação, a adaptação das incapacidades consequentes de dificuldades visuais ou auditivas, entre outras, contribuem para isso.

As redes sociais não são uma exclusividade das pessoas com menos de 40 anos. Uma pesquisa feita nos Estados Unidos pela AARP (American Association of Retired Persons), uma organização de aposentados norte-americanos, mostrou que mais de 25% dos norte-americanos com 50

anos ou mais se mantêm conectados a sites como Facebook, Twitter e MySpace. E mais de metade dos adultos com idade entre 50 e 64 anos se declararam bons conhecedores da Internet.

Levando em conta que uma parte razoável dos aposentados da próxima e até da atual geração nas grandes cidades tenham convivido com computadores e não os encare como bichos de sete cabeças, essa pesquisa americana pode refletir o que em algum tempo também ocorrerá com esse segmento no Brasil.

A pesquisa, feita no ano passado, mostra que eles usam a Internet para acompanhar o mundo e também as pessoas que lhes são importantes. Na época, cerca de um quarto dos norte-americanos mais velhos participavam do Fa-

cebook, sendo que 73% deles diziam usar o serviço para se manter em contato com parentes (não apenas com filhos e netos).

Por aqui, além de dominarem sites como Orkut, Facebook e Myspace, os idosos têm aderido à tendência de segmentação das redes sociais. Um dos mais conhecidos é o portal Mais de 50 ([www.maisde50.com.br](http://www.maisde50.com.br)), que oferece na sua página e nas redes, notícias sobre sexualidade, maturidade, nutrição, direitos e moda para pessoas mais experientes. O site também promove encontros reais da comunidade virtual para fortalecer as trocas afetivas.

## O FACEBOOK

Estes dados podem ser argumentos para decidir entre entrar ou nunca passar perto de uma rede social. No caso da primeira opção, como dito, o Facebook (ou FB) é o mais popular. O site é o preferido do público com mais de 50 anos nos Estados Unidos e como a maioria das redes de relacionamento, reúne milhares de membros e permite a eles interagir de várias formas. Também como na maioria das redes sociais, eles englobam o conceito de um grupo – um conjunto de pessoas unidas com um interesse comum.

Os usuários deste site de relacionamentos têm em média 38 anos. Ele nasceu em 2003, criado por um estudante de Harvard (Mark Zuckerberg) como uma página exclusiva aos estudantes daquela universidade. Depois, passou a aceitar pessoas de outras faculdades e mais tarde tornou-se aberto a qualquer pessoa com um e-mail. Hoje, é uma das maiores redes sociais do mundo. No Bra-



sil, cresce principalmente junto às classes A e B.

O Facebook é um sucesso por pensar formas criativas de agregar contatos e informações. Entretanto, também é relativamente comum ouvir críticas a ele quanto à proteção dos dados particulares dos usuários. É fácil, por exemplo, encontrar no site informações sobre outros integrantes, ainda que haja um esforço da companhia em conciliar os direitos de privacidade de seus usuários e promover a sociabilidade na internet.

Tudo isso ressalva a questão de sempre pesar o que publicar nas redes. O que inclui opiniões, mas principalmente em relação a dados pessoais e assuntos íntimos. O que convém enfatizar a noção de que mesmo uma presença virtual implica em uma postura e

uma educação reais.

Depois de feita a conta no Facebook, a sua página inicial mostrará as últimas atualizações dos seus amigos. A grande sacada do site é que ele facilita encontrar amigos, pois a partir da sua lista de contatos, vai sugerir novas conexões a partir da sua lista de e-mails e até da lista de amigos dos seus amigos.

O FB possui uma série de ferramentas. O mural do site, chamado “no que você está pensando agora?”, é o espaço onde se escreve o que se quer compartilhar com os outros. A Friend Wheel permite organizar a lista de amigos em um círculo formado por pontos interligados e visualizar as interconexões de cada ponto conectado a você. Ele também permite integrar o Twitter ao Facebook. Para isso, clique na barra de buscas do Facebook, digite Twitter, clique na barra Applications, selecione a opção Twitter, clique em Go to Application, entre no Twitter para que o plugin possa ser configurado, clique em Allow e faça o login do Twitter. ||



Foto: Arquivo Público

# MEMÓRIA: USE OU PERCA

Sua memória vai bem? A partir da maturidade, é comum perceber pequenos esquecimentos. São detalhes do dia a dia que parecem desaparecer, junto com as chaves do carro ou os óculos, associados à memória de curto prazo, que começam a fazer falta quando não deveriam.

A memória é a capacidade de aprender, armazenar as informações e utilizar essas informações quando necessário. O conceito de memória a define como a capacidade de lembrar alguma coisa do passado. Mas ela também está relacionada à capacidade de aprendi-

zado. E a vida toda somos submetidos a guardar informações, tanto formais quanto informais, autobiográficas (sobre a personalidade) ou semânticas (como a escrita).

Com o tempo, junto com o processo natural de envelhecimento, a quantidade de células nervosas no cérebro, os dendritos (ramos dos neurônios) e as sinapses, que são as conexões entre essas células, diminui. Isso começa a partir dos 35 anos. É um processo natural e progressivo. Mas, com isso, as informações mais recentes têm mais dificuldade para serem fixadas e assim a capacidade de memória recente vai se reduzindo. Essa perda se torna mais intensa a partir dos 65 anos. É por isso que quanto mais velho, mais dificuldade para novas aprendizagens.

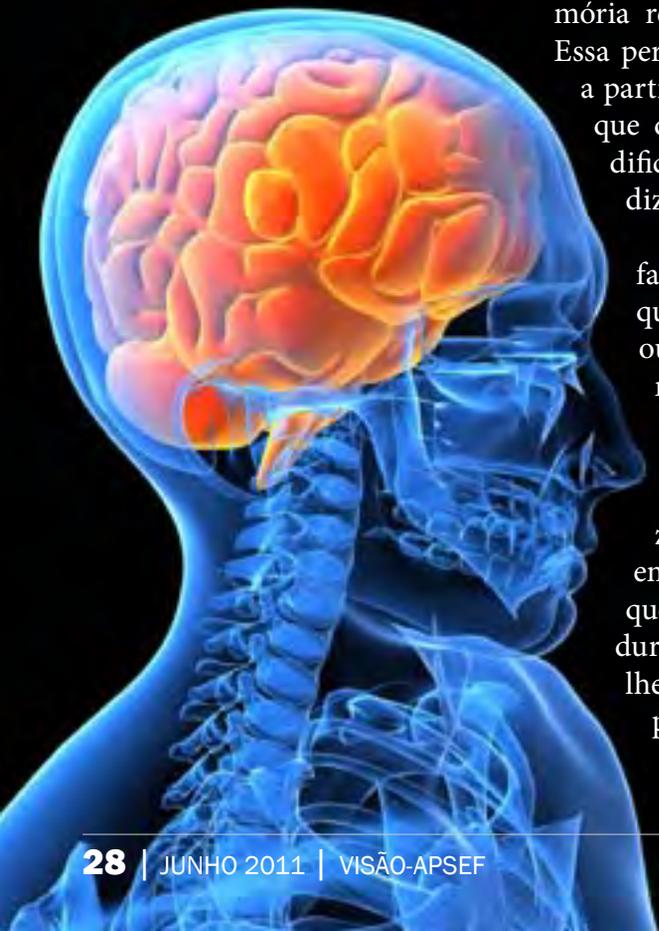
Porém, a memória de fatos longínquos, como os que ocorreram na infância ou na juventude, parecem muito mais bem guardadas que as memórias recentes. Isso ocorre porque elas estão armazenadas há muitos anos em estruturas subcorticais, que não são muito afetadas durante o processo de envelhecimento. Entretanto, esse processo não é igual para todos. Alguns têm capacidade de memória me-

nor ou que se degrada mais com a idade e outros que, mesmo com o envelhecimento, têm memória excelente.

Antes, se acreditava que a perda de neurônios era irreversível. Porém, recentemente descobriu-se que mesmo em um cérebro adulto, novos neurônios são gerados. E os cientistas relacionam a falta de uso dessas células novas à sua perda. O neuropsicólogo Carlos Alberto Tomaz, professor da Universidade de Brasília, onde se faz o mapeamento da atividade cerebral à medida que se envelhece, explica que é preciso exercitar as células. O que se faz por meio de desafios intelectuais, que são o combustível para que o cérebro produza neurotrofinas, moléculas responsáveis pela alimentação dos neurônios, que garantem sua sobrevivência. Sem isso elas não se conectam com frequência e se atrofiam, e a habilidade do cérebro para receber nova informação se reduz.

Mesmo em tribos indígenas, há pessoas com mais de 80 anos que são responsáveis por transmitir o conhecimento aos mais jovens. E elas têm memória recente excelente, pois têm um papel importante na sociedade e são continuamente submetidas a um desafio intelectual. O mesmo vale para todas as pessoas.

Pesquisas comprovam que pessoas que se aposentam e de uma



hora para outra passam a ficar o dia todo na frente da televisão, sem nenhum desafio intelectual, tendem a apresentar uma perda maior dessas células e consequentemente da memória recente: “É como se fosse um músculo. Se ele não for exercitado, ele fica flácido e perde sua capacidade de reação”, diz o professor.

Carlos Alberto Tomaz diz que com o envelhecimento, associado à estagnação, surgem os quadros depressivos. Associados à faltada de recrutamento dessas células, eles podem piorar a falta de memória e levar à demência, que tem como uma das características o prejuízo da memória recente. Em estágios mais elevados, além da memória recente ela pode afetar a memória remota, que é aquela com mais de um ou dois anos. No entanto, elas podem envolver tanto um fato recente quando da juventude.

A recomendação dos neuropsicólogos é de que as pessoas se submetam constantemente a desafios intelectuais. O simples fato de ler livros, jornais, fazer palavras cruzadas ou exercícios de lógica ajudam a manter a atividade das células nervosas e a taxa de sobrevivência delas, empurrando para a frente a deterioração da memória. “Ler é o melhor exercício que se pode fazer para estimular a memória. Quando você lê, estimula a memória passada recente e conhecimentos antigos”, recomenda. Mas há diferenças entre ler uma informação que estimula e faz pensar e uma leitura que serve apenas para passar o tempo.

Mas Tomaz enfatiza que é importante associar o exercício intelectual ao exercício físico. Mesmo pequenos exercícios, como uma

caminhada ou a dança de salão, aumentam a oxigenação do cérebro, fundamental para a atividade cerebral.

O pesquisador da UnB diz que existe muita pesquisa na área de memória feita pela indústria farmacêutica. Mas até hoje não foi criado nenhum medicamento que melhore a memória. O ginkgo biloba, entre outros medicamentos vendidos como estimulantes à memória, não tem comprovação de funcionar com todos os indivíduos. E o componente motivacional – o fato de se acreditar nos seus efeitos – pode interferir sobre os resultados.

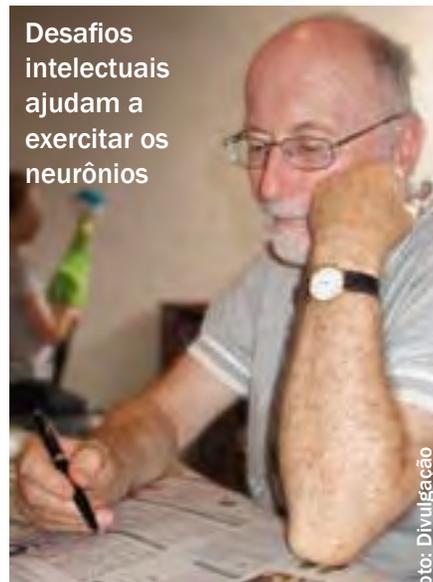
Com relação às vitaminas, principalmente a partir dos 50 anos, mesmo com uma alimentação balanceada, o organismo não consegue mais absorver certas vitaminas e sais minerais. Então, uma suplementação nutricional por meio de vitaminas e sais minerais, supervisionada por um médico ou nutricionista é recomendável.

Mas Tomaz adverte que apenas elas não fazem milagre. O ideal é associar atividade constante de exercícios intelectuais, atividade física e uma complementação de vitaminas e sais minerais para melhorar o quadro e evitar o aparecimento dos déficits de memória.

## SURPREENDA SEU CÉREBRO

Entretanto, pessoas ativas, que trabalham muito e acreditam que estimulam o cérebro, também relatam perceber a perda da memória. Nestes casos, embora se sintam sempre ocupadas, na maioria das vezes suas atividades envolvem muitas rotinas. Todos

Desafios intelectuais ajudam a exercitar os neurônios



oto: Divulgação

tendem a fazer sempre o mesmo caminho para o trabalho, ou resolver os problemas do trabalho da mesma forma. Para elas, o cérebro já construiu um mapa. O que também reduz o esforço a que os neurônios são submetidos e afeta a memória cognitiva.

Outra forma de exercitá-los é submetê-los a novidades inesperadas. Emoções, olfatos, imagens ou sensações táteis, paladares e sons diferentes estimulam o cérebro. Por isso, modifique sua rotina. Faça até pequenas coisas de formas diferentes. Suba de escada em vez de usar o elevador. Mude a carteira de bolso. Faça caminhos diferentes para chegar ao trabalho. Troque a localização de alguns objetos como onde você guarda a escova de dente ou a chave do carro e verifique o número de vezes que vai procurá-los primeiro no antigo local.

Aprender novas habilidades também ajuda. Pode ser qualquer coisa: fotografia, culinária, yoga, um novo idioma. Ou monte um quebra-cabeças com um dos olhos fechados para perder a percepção de profundidade e obrigar que o cérebro busque outras rotas. ||

# GARANHUNS: CLIMA BOM O ANO TODO

Quem conhece o Nordeste principalmente pelo clima quente e as praias, pode se surpreender ao descobrir que lá também existem cidades onde a atração principal é o frio. Garanhuns, situada a mais de 800 metros de altitude, já se tornou um tradicional refúgio de clima ameno durante todo o ano e em especial para aqueles que buscam diversão em julho, quando realiza seu festival de inverno.

A cidade de 130 mil habitantes do agreste pernambucano conta com uma diversidade de atrações. O município tem uma longa história, que começa em me-

dos do século XVII, quando brancos e negros se deslocaram para a região fugindo da opressão holandesa que tomava conta do Nordeste. Mas o frio é o diferencial. A temperatura média no ano é de 21 graus. No alto da colina Magano, durante o inverno, pode chegar a 6 graus. Perfeito para um chocolate quente e noites românticas.

O clima ameno é garantido pela localização no planalto da Borborema, sobre uma região montanhosa cercada por colinas (Monte Sinai, Triunfo, Columinho, Ipiranga, Antas, Magano e Quilombo) e sobre uma reserva hidromineral de onde nascem várias fontes de água.





Foto: Edmilson Vieira

O parque Ruber Van Der Linden que além de expor flores raras e uma natureza exuberante, é palco para diversas manifestações culturais

Como a altitude é uma das atrações, quem for à cidade não deve deixar de conhecer o Cristo do Magano, uma imagem de Cristo instalada sobre um mirante a 1.030 metros de altitude que é um dos pontos mais visitados. Uma atração que faz parte de todos os álbuns de fotos é o Relógio das Flores, com 4 metros de diâmetro. Outro ponto forte da cidade é o turismo religioso. Em fevereiro a cidade também realiza um sofisticado Festival de Jazz.

## FESTIVAL DE INVERNO

O Festival de inverno de Garanhuns (FIG), criado em 1991, faz parte do calendário turístico de Pernambuco. Este ano serão nove noites, de 14 a 23 de julho, em que diversas apresentações, todas gratuitas, tomarão conta da cidade. Como nos anos anteriores o rol de atrações incluirá artes cênicas, oficinas culturais, artesanato e música. As atrações musicais estarão divididas em oito palcos que vão da música erudita a música popular, MPB, internacional, gospel, forró e rock.

O festival é conhecido por reunir as melhores opções em cada área. Tanto as atrações quanto os horários são bem diversificados durante todo o dia e à noite, o que garante ao turista a impossibilidade de ficar ocioso no seu período na cidade. Como a programação é bem central, é possível chegar à maioria das apresentações à pé e deparar-se literalmente com elas em cada curva.

A única coisa que pode atrapalhar assistir à tudo é o choque de horários. Embora a produção do festival se preocupe em evitar que isso ocorra, em função da quantidade de eventos, apresentações que interessam podem ocorrer simultaneamente.

Peças de teatro apresentadas na antiga estação ferroviária da cidade. Também são realizadas apresentações de circo, além das apresentações de dança, sempre em horários alternados. As manifestações folclóricas são outro núcleo em destaque, com artesanato e exposições. A programação ainda inclui teatro de rua, teatro infantil, cinema e pop.

O palco Guadalajara, onde o público chega a superar a marca de 70 mil pessoas por dia, é onde se apresentam os principais nomes do festival. Em 2011, passarão por lá Alceu Valença, Gal Costa, Elba Ramalho, Roberta Sá, Seu Jorge, Nando Reis, Frejat e Luiza Possi, apenas entre as atrações nacionais.

Igreja Matriz de Santo Antônio, ponto obrigatório para fiéis e adeptos do turismo religioso



Foto: Prefeitura

## BOA ESTRUTURA PARA RECEBER

Ana Nery Azevedo, diretora da Secretaria de Turismo de Garanhuns, explica que a principal atração do festival é a diversidade. Entretanto, pela proporção que tomou, nesta época do ano Garanhuns se transforma também na grande vitrine do Nordeste, onde atrações de todo o estado convergem para a cidade.

A rede hoteleira de 26 hotéis, com um total de 3 mil leitos, fica lotada nesse período. Por isso a Secretaria de Turismo cadastra casas dos moradores para alugar durante o período do festival. O turista que preferir pode alugar uma casa por preços que vão de R\$ 350 a R\$ 5 mil.

Os hotéis tem preços bastante variados. Um pacote de três dias pode custar de R\$ 700 a R\$ 3 mil, dependendo do hotel. A cidade

conta, por exemplo, com um hotel do Sesc, cujos preços do quarto para duas pessoas, incluindo três refeições diárias, sai por R\$ 154 na alta estação (inverno) e R\$ 123 na baixa. Por um cálculo não oficial da prefeitura, durante o período do festival, o gasto médio de cada turista na cidade gira em torno de R\$ 300 por dia.

O clima também influencia a culinária. Ana Nery ressalta que, embora a culinária tradicional do

## O QUE FAZER



Foto: Prefeitura

Quem for à cidade não deve deixar de conhecer o **Cristo do Magano**, uma imagem com quatro metros de altura, esculpida em 1954. Localizado no ponto mais alto da cidade, a 1.030 metros de altitude, sobre um mirante em forma de fortaleza de pedra, é um dos pontos mais visitados.

Outra atração é o **Relógio das Flores** (Praça Tavares Correia). Construído em 1979 e com 4 metros de diâmetro, o relógio é formado, exclusivamente, por plantas e flores.

Já os parques

**Euclides Dourado** e **Ruber Van Der Linden** (conhecido como "Pau Pombo"), são usados para diversas ma-



Foto: Prefeitura

nifestações artísticas, além de contar com árvores de pequeno, médio e grande porte, lagos, flores raras, lanchonete e espaços de lazer.

Para quem gosta de conhecer a cultura regional, a dica é o **Centro Cultural Alfredo Leite Cavalcanti**. Estabelecido no antigo prédio da Estação Ferroviária, datada do século XIX. A edificação é considerada uma relíquia, com as linhas arquitetônicas inglesas praticamente intactas.



Foto: Prefeitura

Já o **Castelo de João Capão**, construído por um trabalhador que ambicionava morar num castelo medieval, é uma atração diferente e interes-

sante e funciona como restaurante durante o Festival de Inverno. Localizado à margem da BR-423, ao lado do Posto Nogueirão.

Para amantes da natureza, a **Cachoeira de Inhumas**, a 300 metros da barragem, tem três quedas que variam de 1,5 a 15 metros. É possível nadar no trecho superior da cachoeira, onde há piscinas naturais.

O turismo religioso oferece várias igrejas. A cidade abriga entre elas o **Santuário Mãe Rainha** (Situado na Colina do Triunfo), réplica fiel do santuário de Schoenstatt, na Alemanha. Há também o **Mosteiro de São Bento**, de 1940, feito em tijolo aparente e que lembra os antigos mosteiros beneditinos.

Em fevereiro a cidade também realiza um sofisticado **Festival de Jazz**. O evento é gratuito e conta com shows de artistas do jazz e blues nacional e internacional. Programação perfeita para quem não quer ouvir falar em carnaval.

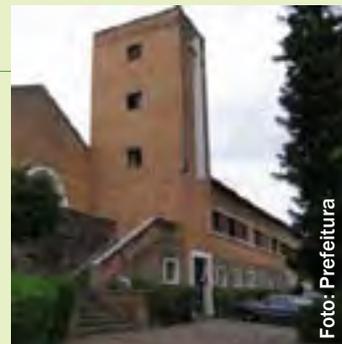


Foto: Prefeitura



Foto: Prefeitura

**Buchada:**  
um dos  
pratos  
típicos da  
região

Nordeste esteja presente em todos os restaurantes, o viajante sempre encontrará o fondue e o chocolate quente, além de massas e vinhos, embora esses não sejam pratos dos garanhenses.

A parte gastronômica da cidade é diversificada e vem se aperfeiçoando. O Sebrae, em parceria com a prefeitura, realizou em novembro de 2010 o Festival Gastronômico Sabores de Garanhuns, onde todos os pratos utilizavam ingredientes da culinária pernambucana. A cidade conta com 100 restaurantes, entre self services e a la carte, lanchonetes e bares.

Além do vinho, são muito consumidos na cidade as cachaças e os licores. Entre os licores, quem quiser experimentar a produção artesanal de Garanhuns pode

comprar uma garrafa do Sabor da Terra (produzido em vários sabores, como chocolate com pimenta) ou os feitos pela cooperativa de produtores Empreender Comunidade. Quem quiser experimentar a culinária típica não deve deixar de comer uma cocada da cidade.

Garanhuns tem uma boa infraestrutura, que conta com ruas e avenidas largas e bem iluminadas para a circulação de carros, calçadas e acessibilidade de cadeirantes, o que garante seu bom funcionamento durante os dias do festival. A segurança reúne, além da polícia, bombeiros da cidade e ambulâncias, reforço do estado, de acordo com o um dos maiores eventos culturais da região. Apenas o palco Guadalajara conta com 300 policiais por dia. ||



**O Relógio das Flores,** localizado na Praça José Alves Tavares Correia, é um dos pontos mais visitados da cidade

Foto: Prefeitura

## COMO CHEGAR

Garanhuns não conta com aeroporto para vôos comerciais. É preciso pegar os vôos com destino aos aeroportos de Recife (PE) ou de Maceió (AL) e a partir deles ou para quem vem de outras regiões, o acesso é feito pelas BRs 423, 232, 101 ou pela rodovia estadual PE 177. Recife fica a 232 quilômetros da cidade e Maceió a 180 quilômetros. Para quem vai de ônibus, há linhas que partem das principais cidades do Nordeste.

Para quem vai chegar de ônibus, abaixo a relação das principais cidades que têm linha para Garanhuns.

### ALAGOAS

Cidade: Maceió

Empresa: Progresso

Informações: (82) 223.4680

### PARAÍBA

Cidade: Campina Grande

Empresa: São Geraldo

Informações: (83) 337.1310

### RIO GRANDE DO NORTE

Cidade: Natal

Empresa: São Geraldo

Informações: (84) 205.4858

### BAHIA

Cidade: Salvador

Empresa: São Geraldo

Informações: (71) 450.4488

### PERNAMBUCO

Cidade: Recife

Empresa: Jotude

Informações: (81) 3452.1300

## Golpe do momento – ATENÇÃO!

APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA APSEF CONTINUAM RECEBENDO TELEFONEMA DE PESSOAS QUE SE IDENTIFICAM COMO FUNCIONÁRIOS DE ASSOCIAÇÃO, ESCRITÓRIO OU ATÉ DA JUSTIÇA, INFORMANDO QUE O ASSOCIADO GANHOU UMA AÇÃO E, PARA RECEBÊ-LA, DEVERÁ DEPOSITAR UM VALOR PARA PAGAMENTO DE TAXAS EXTRAS.

NA TENTATIVA DE APLICAR O GOLPE PERFEITO, O ESTELIONATÁRIO INFORMA O VALOR QUE DEVERÁ SER PAGO, COMBINANDO O DIA E HORA PARA O APOSENTADO COMPARECER A SUA AGÊNCIA BANCÁRIA PARA CONSTATAR QUE O VALOR ESTÁ NA CONTA. PORÉM, FAZEM UM DEPÓSITO SEM IDENTIFICAÇÃO DO DEPOSITANTE E AGÊNCIA. O GOLPE CONSISTE EM QUE CERTIFICADO DO VALOR DEPOSITADO, O ASSOCIADO FAZ O DEPÓSITO DO VALOR PEDIDO. IMEDIATAMENTE APÓS, AO TENTAR SACAR O VALOR, O MESMO NÃO MAIS APARECE NA SUA CONTA. E ELE FICA NO PREJUÍZO COM MAIS ESTE NOVO GOLPE.

**NOSSO ALERTA:** A APSEF NÃO TELEFONA PARA COMUNICAR QUALQUER GANHO DE AÇÃO E, MUITO MENOS, COBRANDO ANTECIPADAMENTE QUALQUER IMPORTÂNCIA.

NO CASO DE GANHO DE AÇÃO, A ASSOCIAÇÃO REMETE UMA CORRESPONDÊNCIA PARA A RESIDÊNCIA DE CADA BENEFICIADO, TRANSMITINDO TODAS AS ORIENTAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O RECEBIMENTO DO VALOR DEVIDO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL OU BANCO DO BRASIL.

## Um descanso para os seus olhos

A POLUIÇÃO, AS NOITES MAL-DORMIDAS E O USO CONTÍNUO E DEMORADO DE COMPUTADORES PODEM PROVOCAR VERMELHIDÃO, ARDOR E MESMO O INCHAÇO DA REGIÃO DOS OLHOS. PARA ALIVIAR ESSA SENSÇÃO DESAGRADÁVEL E MELHORAR A APARÊNCIA, UMA PRÁTICA REGENERADORA É A APLICAÇÃO DE COMPRESSAS GELADAS DE FLORES DE CAMOMILA (MATRICARIA RECUTITA), DE PREFERÊNCIA LOGO APÓS UM BANHO.

Fonte: [www.terra.com.br](http://www.terra.com.br)

## Dica de saúde: Água depois dos 60 anos

PESSOAS COM MAIS DE 60 ANOS DESIDRATAM-SE FACILMENTE, NÃO APENAS PORQUE POSSUEM RESERVA HÍDRICA MENOR, MAS TAMBÉM PORQUE PERCEBEM MENOS A FALTA DE ÁGUA EM SEU CORPO.

POR ISSO, A CADA DUAS HORAS É IMPORTANTE INGERIR ALGUM TIPO DE LÍQUIDO.

POR LÍQUIDO ENTENDA-SE ÁGUA, SUCOS, CHÁS, ÁGUA-DE-COCO, LEITE. SOPA, GELATINA E FRUTAS RICAS EM ÁGUA, COMO MELÃO, MELANCIA, ABACAXI, LARANJA E TANGERINA, TAMBÉM FUNCIONAM.

AO PERCEBEREM QUE ESTÃO INGERINDO POUCO LÍQUIDO E QUE, DE UM DIA PARA O OUTRO, ESTÃO CONFUSOS, IRRITADOS OU FORA DO AR, ATENÇÃO!

É QUASE CERTO QUE SEJAM SINTOMAS DECORRENTES DE DESIDRATAÇÃO. NESSE CASO, PROCURE UM MÉDICO URGENTE!

## Ampliada faixa para rastreamento do câncer do colo do útero

O MINISTÉRIO DA SAÚDE LANÇOU NOVAS DIRETRIZES PARA O RASTREAMENTO DO CÂNCER DO COLO DO ÚTERO E DE SUAS LESÕES PRECURSORAS. O EXAME PARA ESSE RASTREAMENTO É O PAPANICOLAOU, CONHECIDO COMO PREVENTIVO E IDENTIFICA LESÕES QUE ANTECEDEM O CÂNCER, PERMITINDO O TRATAMENTO ANTES QUE A DOENÇA SE DESENVOLVA. A COLETA DE MATERIAL DEVERÁ SER FEITA A PARTIR DOS 25 ANOS E ANTES IA ATÉ OS 59 ANOS. AGORA DEVERÁ SER FEITO ATÉ OS 64 ANOS E SER INTERROMPIDO QUANDO, APÓS ESSA IDADE, AS MULHERES TIVEREM PELO MENOS DOIS EXAMES NEGATIVOS CONSECUTIVOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS. NO CASO DAS MULHERES COM MAIS DE 64 ANOS E QUE NUNCA REALIZARAM O EXAME, DEVEM SER FEITOS DOIS PREVENTIVOS COM INTERVALO DE UM A TRÊS ANOS. SE OS DOIS FOREM NEGATIVOS, ELAS PODERÃO SER DISPENSADAS DE EXAMES ADICIONAIS.

Fonte: [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

# Junte-se a nós!



Desde 1997, a Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal tem lutado pelos direitos e bem-estar de seus associados.

## A APSEF oferece a você:

- Prestação de assistência jurídica
- Encaminhamento de ações coletivas
- Realização de eventos culturais, passeios e excursões
- Convênios com clubes, academias e estabelecimentos comerciais
- Contato permanente através de reuniões, informativos e boletins especiais

**ACESSE O NOSSO  
WEBSITE E ASSOCIE-SE!**

[www.apsef.org.br](http://www.apsef.org.br)

# Olha Pro Céu

Composição: Luiz Gonzaga / José Fernandes \*

Olha pro céu, meu amor  
Vê como ele está lindo  
Olha praquele balão multicolor  
Como no céu vai sumindo

Foi numa noite, igual a esta  
Que tu me deste o teu coração  
O céu estava, assim em festa  
Pois era noite de São João

Havia balões no ar  
Xóte, baião no salão  
E no terreiro  
O teu olhar, que incendiou  
Meu coração

Junho é mês de São João e festas juninas, que depois do Carnaval, são a principal manifestação cultural do Brasil e são a nossa homenagem deste mês na capa e nesta contracapa. Embora sejam comemoradas por todo o país, é no Nordeste que elas ganham mais expressão em comidas, danças e músicas, entre as quais predomina o repertório de Luiz Gonzaga. Considerado o Rei do Baião, Luiz Gonzaga, nascido em Exu, Pernambuco, foi o maior divulgador do que melhor se tem da música nordestina. Foi o primeiro músico a assumir a nordestinidade representada pela sanfona e pelo chapéu de couro. Em 2012 completaria cem anos.

\*Música lançada em 1951 por Luiz Gonzaga e composta em parceria com José Fernandes.



SCN Qd. 02, Bloco D, Torre A  
Salas 912/917 - Edifício Liberty Mall  
Brasília/DF - CEP 70712-908  
**Contatos:** (61) 3037.9072 / (61) 3034.3983  
presidencia@apsef.org.br | www.apsef.org.br